

IMPUGNAÇÃO EDITAL 279/2019/SUPEL/ROVEMA VEÍCULOS

Licitações CSC <licitacoes@csc.gruporovema.com.br>

Sex, 30/08/2019 09:30

Para: CPL BETA SUPEL RO <cplms2011@hotmail.com>

 5 anexos (4 MB)

IMPUGNAÇÃO EDITAL PE 279.2019.SUPEL ROVEMA VEÍCULOS.pdf; 22ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA..pdf; 21ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA..pdf; PROCURAÇÃO ROVEMA SCANIA JIP PE 279 2019 SUPEL.pdf; Procurador ENILDO.pdf;

Bom dia.

Segue impugnação ao edital PE 279/2019/SUPEL/RO.

Atenciosamente,



Taciana de Medeiros Silva

Departamento de Licitações e Relacionamento com os Governos - CSC/GRUPO ROVEMA

licitacoes@csc.gruporovema.com.br

www.gruporovema.com.br

Tel: (069) 3216-9645

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 279/2019/SUPEL/RO.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0009.057269/2019-04.

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E EQUIPE

ILMA Sra: GRAZIELA GENOVEVA KETES
PREGPEIRA BETA/SUPEL/RO.

02.118.203/0003-74
ROVEMA VEÍCULOS E MAQUINAS
LTDA
Av. Transcontinental, 3685
Jardim São Cristóvão CEP: 76.913-899
L JI - PARANÁ - RO J

ROVEMA VEÍCULOS E MAQUINAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.118.203/0001-02, situada na BR-364, km 01, Bairro: Lagoa, CEP: 76.312-317, na cidade de Porto Velho-RO, neste ato representado por seu procurador abaixo identificado, procuração anexa, vem respeitosamente, à presença de V.Sa., nos termos do Edital do Pregão em epígrafe, regido pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007, Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2011, atualizado pelo Decreto nº 4.342, de 23 de agosto de 2002, Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93.

Tomamos conhecimento da referido Edital o qual nos causou satisfação por saber que nosso veículo atende perfeitamente a descrição do veículo exigida no Edital, bem como estamos cientes que, caso venhamos a vencer o certame essa digníssima administração contará em sua frota com o veículo mais comercializado do mercado brasileiro.

POR OUTRO LADO, OBSERVANDO ASSIM PRECEITOS CONSTITUCIONAIS DA ISONOMIA, DE FORMA A SELECIONAR A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA O ÓRGÃO, SOLICITO ALTERAÇÃO QUANTO AO PRAZO DE ENTREGA ABAIXO:

ANEXO II - DO EDITAL -DESCRIÇÃO

DE:

Entre-Eixos de 4.400mm

PARA:

Entre- Eixos mínimos de 4 350mm

ITEM - 9. - DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA

DE:

A entrega será parcial em até 60 (sessenta) dias a partir do recebimento da Nota de Empenho ou do termo Contratual pela Contratada, o que ocorrer primeiro.

PARA:

A entrega será parcial em até 120 (cento e vinte) dias a partir do recebimento da Nota de Empenho ou do termo Contratual pela Contratada, o que ocorrer primeiro.

PORTANTO PODERÁ ESTE ÓRGÃO VERIFICAR QUE A ALTERAÇÃO REFERENTE AO SOLICITADO ACIMA, NÃO ALTERA A GARANTIA E NEM A ESTRUTURA DO VEÍCULO ORA SOLICITADO EM EDITAL, DANDO ASSIM PROBABILIDADE DE VÁRIAS EMPRESAS CONCORREREM E DANDO A ESTA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A POSSIBILIDADE DE SER SATISFEITA EM SUAS PRETENSÕES DE COMPRA COM UM BEM ADEQUADO AS SUAS NECESSIDADES COM UM MENOR PREÇO DE COMPRA.

A Lei de Licitações nº 8.666/93, em seu artigo 3º, §1º, dispõe que:

“Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§1º. É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que

comprometam, restringam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da

naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato”;

O certame licitatório tem como princípio basilar a isonomia entre os licitantes, buscando ainda a máxima competitividade, com o fim de alcançar a proposta mais vantajosa à Administração Pública. Sendo assim, é vedada exigências editalícias que apenas impedem a participação de empresas na licitação, ferindo o princípio da isonomia, conforme ensina o professor Marçal Justen Filho1:

“Não se admite, porém a discriminação arbitrária, produto de preferências pessoais e subjetivas do ocupante do cargo público.

A licitação consiste em um instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na seleção do contratante.”

Assim, o ato convocatório viola o princípio da isonomia quando:

- a) estabelece discriminação desvinculada do objeto da licitação;
- b) prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a Administração;
- c) impõe requisitos desproporcionados com necessidades de futura contratação;
- d) adota discriminação ofensiva de valores constitucionais ou ilegais.”

“Veda-se cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar particulares. (...) A incompatibilidade poderá derivar de a

restrição ser excessiva ou desproporcionada às necessidades da Administração. Poderá, também, decorrer da inadequação entre a

exigência e as necessidades da Administração.” (grifos nosso)

Neste sentido, também nos ensina mestre Adilson Abreu Dallari em sua obra Aspectos Jurídicos da Licitação com relação à elaboração dos editais afirma “que o essencial é que não se incluam cláusulas de favorecimentos ou de discriminação em favor ou contra determinados interessados.” E mais adiante à página 107, o ilustre autor continua:

“O edital é um instrumento de chamamento, e deve servir para trazer pessoas, e não para impedir que pessoas que efetivamente poderiam contratar se afastem da licitação. O edital não pode conter cláusulas que representem barreiras impeditivas de participação no procedimento, a quem realmente tem condições de participar ou a quem realmente esteja disposto a se instrumentar para participar”

Por fim, há que se destacar que os requisitos formais de um Edital têm que ser interpretados conforme a relevância que os mesmos possuem, seja em comparação com

os demais termos do Edital. Não se pode, a pretexto de proteger o interesse público, utilizar-se de atributos considerados mínimos de exigência, sob penas de sair prejudicadas as empresas participantes em favorecimento da própria Administração Pública, como ocorre no presente caso. Veja-se, a respeito, a lição de MARÇAL JUSTEN FILHO:

“Não é incomum constar do edital que o descumprimento a qualquer exigência forma acarretará a nulidade da proposta. A aplicação dessa regra tem que ser temperada pelo princípio da razoabilidade. É necessário ponderar os interesses existentes e evitar resultados que, a pretexto de tutelar o interesse público de cumprir o edital, produza-se a eliminação de propostas que vantajosas para os cofres públicos. Certamente, não haveria

conflito se o ato convocatório reservasse a sanção de nulidade apenas para as desconformidades efetivamente relevantes. Mas nem sempre é assim. Quando o defeito é relevante, tem de interpretar-se a regra do edital com atenuação" (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e contratos administrativos. 8ª ed. São Paulo: Dialética, 2001, pág. 469).

Bem como também dever ser observado o que estabelece o Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, onde em seu artigo 4º, parágrafo único, dispõe que:

"Art. 4º—A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

Neste sentido, encontramos acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

"Visa à concorrência pública fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão deste

escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconstitucionais com a boa exegese da lei devem ser arredados."
(RDP 14:240)

Conforme exposto, a Doutrina e a Jurisprudência são unânimes ao afirmar que a licitação deve buscar o maior número de participantes, estimulando a concorrência, vez que a Administração só tem a ganhar ao receber diversas propostas, de onde certamente surgirá aquela mais interessante e vantajosa para o erário e, indiretamente para toda a coletividade.

Deste modo, concluímos que a manutenção do presente edital caracteriza violação aos princípios da Legalidade, Isonomia e Competitividade, aqui aplicáveis por força de expressa previsão legal, artigo 3º da Lei 8666/93, maculando de vício de nulidade o presente processo licitatório.

DO PEDIDO

Em síntese, requer seja analisado o ponto detalhado nesta impugnação, com a **correção necessária** do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará.

Tendo em vista que a sessão pública está designada para **03/09/2019**, requer, ainda, seja conferido **efeito suspensivo** a esta impugnação, adiando-se a referida sessão para data posterior à solução dos problemas ora apontados. Caso contrário, há o iminente risco de todo o ritual do artigo 4.º da Lei nº 10.520/2002 ser considerado inválido, considerados os equívocos no edital ora apontados, com desperdício da atividade ocorrida na sessão pública.

Requer, caso não seja corrigido o edital no ponto ora invocado, seja mantida a irresignação da ora impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.

Vale dizer que caso esta comissão não aceite o pedido em questão, requer-se que a mesma seja clara quanto à regularidade de ação tomada, para que seja o mesmo objeto de discussão em processo judicial.

Pelo que **PEDE DEFERIMENTO**,
Porto Velho (RO), 30 de Agosto de 2019
Atenciosamente,

Francisco Enildo Alves
Fco. Enildo Alves
Delírio - Departamento de Licitação
CPF: 203.186.772-53
Departamento de Licitações
(procurador)

02.118.203/0003-74

ROVEMA VEÍCULOS E MÁQUINAS
LTDA

Av. Transcontinental, 3685

Jardim São Cristóvão CEP: 76.913-899

JI - PARANÁ - RO

ROVEMA VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA

21ª Alteração Contratual Consolidada

CNPJ: 02.118.203/0001-02

NIRE: 11200311793

Pelo presente instrumento particular de Alteração Contratual **ADÉLIO BAROFALDI**, brasileiro, viúvo, empresário, residente e domiciliado na Avenida Guaporé, nº 1117 casa 08 Condomínio San Gabriel Bairro Lagoa, CEP 76.812-303 no município de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascido em 12/10/1957 portador da Cédula de Identidade RG nº 1.335.952 expedida pela SSP/PR e do CPF/MF nº 251.732.519-72; e **CENTRAL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 07.905.629/0001-20, com Registro na Junta Comercial do estado de Rondônia sob o nº. 11200661051 em 26/08/2016, com sede e foro na Avenida Calama, nº 1383, sala 03, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-705 no município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo seu administrador não – sócio **ADÉLIO BAROFALDI**, brasileiro, viúvo, empresário, residente e domiciliado na Avenida Guaporé, nº 1117 casa 08 Condomínio San Gabriel Bairro Lagoa, CEP 76.812-303 no município de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascido em 12/10/1957 portador da Cédula de Identidade RG nº 1.335.952 expedida pela SSP/PR e do CPF/MF nº 251.732.519-72; resolvem pela melhor forma de direito alterar, como de fato alterado tem, o contrato social da empresa, **ROVEMA VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rodovia BR 364, km 01, s/nº, bairro Lagoa, CEP 76.812-317, em Porto Velho, Estado de Rondônia, com CNPJ nº 02.118.203/0001-02 e Contrato Social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de Rondônia sob o nº 11200311793, da qual são os únicos sócios nos termos da legislação vigente da seguinte forma:

Cláusula 1ª: - Fica extinta a **Filial nº 3**, inscrita no CNPJ nº 02.118.203/0004-55, NIRE 11900114826, na cidade de Guajará-Mirim-RO, localizada à Av. Santos Dumont, 893, sala 02, Bairro Serraria, CEP: 76.850-000; **Filial nº 4** inscrita no CNPJ nº 02.118.203/0005-36, NIRE 14900027101 na cidade de São João da Baliza, Estado de Roraima a Rua Santo Antônio s/nº, Bairro Centro, CEP: 69.375-970; **Filial nº 7**, inscrita no CNPJ: 02.118.203/0008-89, NIRE 11900138709, na cidade de Porto Velho/RO, localizada à BR 364 KM 110 s/nº. Gleba Capitão Silvio, Bairro Zona Rural, Canteiro de Obra Usina Hidrelétrica de Jirau, CEP: 76.801-970.

Cláusula 2ª: - A sociedade altera o endereço das filiais:

1. **Filial Nº. 5**, Inscrita no CNPJ: 02.118.203/0006-17, NIRE 1190013007-4 para a cidade de Candeias do Jamari, estado de Rondônia a BR 364, Km 691, Box 3, S/N, Zona Rural, CEP: 76.860-000.
2. **Filial Nº. 6**, Inscrita no CNPJ: 02.118.203/0007-06 para a cidade de Rio Branco, estado do Acre na BR 364, Km 01, S/N, Bairro Belo Jardim II, CEP: 69.900-000.

Cláusula 4ª: - Neste ato consolida as alterações constantes.

Cláusula 5ª: - As demais Cláusulas permanecem inalteradas, e por estarem em perfeito acordo em todo quanto neste instrumento particular foi lavrado. Obrigam-se a cumprir o presente contrato e alterações contratuais, assinando-o na presença de duas testemunhas abaixo em três vias, de igual ter e forma.

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/07/2017 12:50 SOB Nº 20170258866.
PROTOCOLO: 170258866 DE 11/07/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 11702638711. NIRE: 11900130074.
ROVEMA VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA



Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 12/07/2017
www.empresafacil.ro.gov.br

A vista das modificações ora ajustadas consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

CLÁUSULA 1ª - A sociedade tem denominação social de ROVEMA VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA, e é uma sociedade empresarial limitada conforme estabelece o art. 983 e art. 1052 e seguintes da lei 10.406/02;

§ 1º - A sede da sociedade é a Rodovia BR 364 km 01 s/nº, bairro Lagoa, CEP. Nº. 76.812-317 – Porto Velho – RO;

§ 2º - A sociedade poderá abrir e encerrar filiais ou outras dependências no país ou no exterior, por simples deliberação de seus sócios-administradores;

§ 3º - A sociedade tem a **Filial nº 1** na cidade de Vilhena – RO à Avenida Celso Mazutti nº 7.857, Setor industrial, CEP: Nº. 76.980-000, com o Capital Social de R\$10.000,00 (dez mil reais) para efeitos fiscais; **Filial nº 2** na cidade de JI – Paraná – RO, Av. Transcontinental, 3685, Bairro Jardim São Cristóvão, CEP: 76.913-899 com Capital Social de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para efeitos fiscais e a **Filial nº 3** na cidade de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia, BR 364, Km 691, Box 3, S/N, Zona Rural, CEP: 76.860-000, com capital de R\$10.000,00 (Dez mil Reais) para fins fiscais; **Filial nº 4** na cidade de Rio Branco, Estado do Acre a rodovia BR 364, Km 01, S/N, Bairro Belo Jardim II, CEP: 69.900-000, com capital de R\$10.000,00 (dez mil reais) para fins fiscais.

§ 4º - Fica eleito o foro desta Comarca de Porto Velho-RO para decidir sobre quaisquer ações fundadas no presente Contrato Social.

CLÁUSULA 2ª - O objeto social consiste em:

1. Comercialização de veículos leves e pesados, novos e usados, máquinas equipamentos, suplementos agrícolas peças e acessórios, motores e grupos geradores;
2. Representação comercial sob todas as formas e modalidades;
3. Prestação de serviços de manutenção de máquinas equipamentos e veículos;
4. Locação de: equipamentos, geradores, ônibus, caminhões, automóveis; geração e comercialização de energia elétrica.
5. Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios.
6. Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos.
7. Instalação de maquinas e equipamentos industriais.
8. Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal;
9. Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana;
10. Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual;
11. Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional;
12. Serviço de Borracharia para veículos automotores;
13. Comércio por atacado de pneumáticos e câmara-de-ar;
14. Comércio a varejo de pneumáticos e câmara-de-ar.

CLÁUSULA 3ª - O prazo de duração da sociedade é indeterminado;

§ 1º - A sociedade não se dissolve pela morte, incapacidade ou extinção de qualquer de seus sócios, prosseguindo por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com seus herdeiros ou sucessores que poderão nomear um representante para tratar de seus interesses perante a sociedade;

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/07/2017 12:50 SOB Nº 20170258866.
PROTOCOLO: 170258866 DE 11/07/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: Página 2 de 5
11702638711. NIRE: 11900130074.
ROVEMA VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA



Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 12/07/2017
www.empresafacil.ro.gov.br

§ 2º - Findo este prazo, o(s) sócio(s) remanescente(s) deverá (ão) notificar, através de documento escrito, se concorda(m) continuar a sociedade com o(s) herdeiro(s) ou sucessor (ES);

§ 3º - No caso do(s) sócio(s) remanescente(s) não querer (em) continuar a sociedade com o(s) sucessor (ES), ou ainda, que o(s) sucessor (ES), não queira(m) continuar na sociedade, será levantado, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a partir do prazo do art. 3º - § 1º acima, um balanço geral e real da mesma e os direitos e haveres do sócio falecido e/ou dissidente serão entregues aos herdeiros ou sucessores com o acréscimo de juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor e a respectiva correção monetária em 60 (sessenta) parcelas iguais, corrigidas mensalmente;

I - Caso haja decisão por parte do(s) sócio(s) ou representante(s), os prazos acima, serão abreviados desde que não afetem a situação econômico-financeira da sociedade, podendo ser antecipados da última para a primeira parcela;

II - O veto só pode ser exercido quando o herdeiro não for sucessor de sangue do fundador;

CLÁUSULA 4ª - O Capital Social é de R\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de Reais), dividido em 6.000.000 (Seis milhões) de quotas, com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, neste ato, totalmente integralizadas em moeda corrente do país e subscritas pelos sócios da seguinte forma:

CAPITAL SOCIAL			
SÓCIO	QUOTA	VALOR	PERC
ADELIO BAROFALDI	600	600,00	0,01%
CENTRAL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	5.999.400	5.999.400,00	99.99%
TOTAL	6.000.000	6.000.000,00	100%

§ 1º - Cada quota é indivisível perante a sociedade;

§ 2º - Cada quota corresponde a um voto nas deliberações de reunião de quotistas;

§ 3º - A responsabilidade dos sócios é limitada ao total do Capital Social;

CLÁUSULA 5ª - A administração da sociedade competirá a **ADÉLIO BAROFALDI**, acima qualificados, neste ato designados **SÓCIO-ADMINISTRADOR**. Os sócios poderão contratar administradores quando for conveniente ao desempenho das atividades, desde que em comum acordo entre os sócios acima qualificados, aos quais caberão todos os poderes de administração e representação da Sociedade, ativa e passivamente em juízo ou fora dele, agindo sempre isoladamente. Todos declaram não estarem impedidos sob a forma da lei, de exercerem a administração desta sociedade.

§ ÚNICO - Neste ato fica designado o Senhor **GILVAN GUIDIN**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG no. 595.132-1 SSP/MT e do CPF no. 411.783.861-04, residente e domiciliado à Rua Jose de Alencar nº. 3602 Apartamento 1001, Edifício Maison Chamounix - Bairro Olaria, CEP: 76.801-226, nesta Cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia como **ADMINISTRADOR NÃO-SÓCIO** aos quais caberão todos os poderes de administração, conferidos aos Sócios-Administradores, agindo sempre isoladamente. Todos declaram não estar impedidos sob a forma da lei, de exercerem a administração desta sociedade.

CLÁUSULA 6ª - O exercício social terminará no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano;

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/07/2017 12:50 SOB Nº 20170258866.
PROTOCOLO: 170258866 DE 11/07/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11702638711. NIRE: 11900130074.
ROVEMA VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA



Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 12/07/2017
www.empresafacil.ro.gov.br

CLÁUSULA 7ª - Ao fim de cada exercício social serão elaboradas demonstrações financeiras, de acordo e na forma exigida ou facultada por lei, e do resultado dos exercícios serão deduzidos os prejuízos, se houver, e a previsão para o Imposto de Renda. O lucro remanescente será ajustado pela forma de Reserva de Lucros a realizar, ou sua realização, e o resultado terá a seguinte destinação sucessivamente:

- I - 1% (um por cento) pelo menos serão distribuídos entre os sócios na proporção de suas quotas;
- II - O saldo poderá ser destinado à formação de reserva para o aumento de capital;

§ único - Os sócios suportarão eventuais prejuízos na proporção de suas quotas.

CLÁUSULA 8ª - A sociedade poderá mudar de tipo societário por deliberação do(s) sócio(s) que detenha(m) pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das quotas da sociedade.

Parágrafo único - Os sócios renunciam ao seu direito de retirada no caso de transformação de sociedade em companhia;

CLÁUSULA 9ª - O(s) sócio(s) que quiser (em) ceder ou transferir sua(s) quota(s) deverá (ão) notificar aos demais sócios, através de Carta Protocolada e assinada pelo próprio punho, identificando o interessado e especificando o preço e demais formas de pagamento, com a anuência do interessado;

§ 1º - No momento da aquisição das quotas cedidas ou transferidas, os sócios exercerão o direito de preferência visando sempre o interesse da sociedade;

§ 2º - Após a notificação citada no "capítulo", deste artigo, o exercício do direito de preferência na aquisição das quotas, deverá ocorrer num prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da referida notificação;

§ 3º - Findo este prazo, 30 (trinta) dias depois do recebimento da notificação, deverão notificar através de documento escrito, se concordam em receber na sociedade o(s) comprador (ES) interessado(s);

§ 4º - Os sócios terão direito a veto para a entrada de novo(s) sócio(s), sendo que tal decisão será tomada em reunião com os sócios remanescentes onde a entrada do novo sócio só será admitida quando houver concordância do(s) sócio(s) que detiver (em) no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das quotas da sociedade.

a. Caso o(s) comprador (ES) interessado(s) tenha(m) o seu ingresso vetado, pelo(s) sócio(s) representante(s), o sócio que colocou sua(s) quota(s) em disponibilidade poderá exercer o direito de retirada da sociedade nas seguintes condições:

- I. Será levantado no prazo de 60 (sessenta) dias um balanço geral e real da mesma;
- II. Os direitos e haveres do sócio dissidente serão entregues a ele com acréscimo de juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor e a respectiva correção monetária em 60 (sessenta) parcelas iguais, corrigidas mensalmente;
- b. Caso haja decisão por parte do(s) sócio(s) fundador (ES) ou representante(s), os prazos acima serão abreviados, desde que não afetem a situação econômico-financeira da sociedade, podendo ser antecipados da última para a primeira parcela;

§ 5º - Considera(m)-se oferecida(s) à venda a(s) quota(s) gravada(s) ou onerada(s) pelo sócio(s) que tiver (em) sido alvo de qualquer medida judicial.

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/07/2017 12:50 SOB Nº 20170258866.
PROTOCOLO: 170258866 DE 11/07/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 11702638711. NIRE: 11900130074.
ROVEMA VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA



Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 12/07/2017
www.empresafacil.ro.gov.br

§ 6º - Caso não haja nenhum interesse nas quotas da sociedade, por parte dos sócios ou de terceiros, as quotas à venda poderão ser adquiridas pela própria sociedade, obedecendo à mesma proporcionalidade estipulada.

CLÁUSULA 10ª - No caso de dissolução da sociedade uma vez pago o Passivo, o Ativo se reverterá em favor dos sócios, na proporção das respectivas quotas.

CLÁUSULA 11ª - Os administradores declaram que não estão inclusos no art. 1.011 e seus § da lei 10.406 do Código Civil.

E assim, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e para os mesmos fins, na presença das testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, sendo a 1ª via arquivada na Junta Comercial do Estado de Rondônia, a fim de que se produza seus efeitos legais e as demais entregues aos Contratantes devidamente anotadas.

Porto Velho, 09 de Junho de 2017.

ADÉLIO BAROFALDI
Sócio

CENTRAL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADÉLIO BAROFALDI
Administrador Não-Sócio

TESTEMUNHAS:

Fábio Barbosa Garça
RG. Nº. 000545548 SSP/RO
CPF: 618.644.632-87

Arivonil Pereira da Silva
RG: 455.678 SSP/RO
CPF: 450.092.019-68

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/07/2017 12:50 SOB Nº 20170258866.
PROTOCOLO: 170258866 DE 11/07/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 11702638711. NIRE: 11900130074.
ROVEMA VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA



Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 12/07/2017
www.empresafacil.ro.gov.br

CARTÓRIO CARVAJAL - 2º. OFÍCIO DE NOTAS
Rua Dom Pedro II, 637, Loja A - Caiari
(69) 3211-4002/3224-3353-PORTO VELHO-RO

Reconheço e dou fe, por SEMELHANÇA,
a(s) firma(s) de:
[Aim3Eus2]-ADELIO BAROFALDI.....
Em testemunho da verdade.
PORTO VELHO, 07 de Junho de 2017.

014-DEUZA DO NASCIMENTO ALMEIDA
ESCREVENTE AUTORIZADA

V.Unit: Empl. R\$ 6,22 - Selo R\$1,02
FUJU R\$1,24 - FUNDEP R\$0,47 - FUNDIMPER
R\$0,47 - FUMORPGE R\$0,47 -TOTAL: R\$9,89.
SELO DIGITAL DE FISCALIZAÇÃO
A1ADK23228 a A1K23229-7CD87
Confira a validade em
www.tjro.jus.br/consultas/Selo/



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/07/2017 12:50 SOB Nº 20170258866.
PROTOCOLO: 170258866 DE 11/07/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11702638711. NIRE: 11900130074.
ROVEMA VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA



Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 12/07/2017
www.empresafacil.ro.gov.br

AUTENTICAÇÃO DO REGISTRO DIGITAL

A Junta Comercial do Estado de Rondônia certifica que em 11/07/2017, foi realizado para a empresa ROVEMA VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA, o registro de eventos para sua(s) filiais(s), conforme segue:

Protocolo	Arquivamento	Ato/Evento	Nire	CNPJ	Endereço
170258866	20170258866	002 / 025	11900138709	02.118.203/0008-89	Rodovia br 364 km 110, gleba capitão silvio, s/n
170258866	20170258866	002 / 025	11900114826	02.118.203/0004-55	Avenida santos dumont, 893



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/07/2017 12:50 SOB Nº 20170258866.
PROTOCOLO: 170258866 DE 11/07/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11702638711. NIRE: 11900130074.
ROVEMA VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA

Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 12/07/2017
www.empresafacil.ro.gov.br

ROVEMA VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA

22ª Alteração Contratual Consolidada

CNPJ: 02.118.203/0001-02

NIRE: 11200311793

Pelo presente instrumento particular de Alteração Contratual **ADÉLIO BAROFALDI**, brasileiro, viúvo, empresário, residente e domiciliado na Avenida Guaporé, nº 1117 casa 08 Condomínio San Gabriel Bairro Lagoa, CEP 76.812-303 no município de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascido em 12/10/1957 portador da Cédula de Identidade RG nº 1.335.952 expedida pela SSP/PR e do CPF/MF nº 251.732.519-72; e **CENTRAL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 07.905.629/0001-20, com Registro na Junta Comercial do estado de Rondônia sob o nº. 11200661051 em 26/08/2016, com sede e foro na Avenida Calama, nº 1383, sala 03, Bairro São João Bosco, CEP 76.803-705 no município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo seu administrador não sócio **ADÉLIO BAROFALDI**, brasileiro, viúvo, empresário, residente e domiciliado na Avenida Guaporé, nº 1117 casa 08 Condomínio San Gabriel Bairro Lagoa, CEP 76.812-303 no município de Porto Velho, Estado de Rondônia, nascido em 12/10/1957 portador da Cédula de Identidade RG nº 1.335.952 expedida pela SSP/PR e do CPF/MF nº 251.732.519-72; resolvem pela melhor forma de direito alterar, como de fato alterado tem, o contrato social da empresa, **ROVEMA VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rodovia BR 364, km 01, s/nº, bairro Lagoa, CEP 76.812-317, em Porto Velho, Estado de Rondônia, com CNPJ nº 02.118.203/0001-02 e Contrato Social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de Rondônia sob o nº 11200311793, da qual são os únicos sócios nos termos da legislação vigente da seguinte forma:

Cláusula 1ª: - A sociedade altera o endereço da filial:

1. **Filial Nº. 6**, inscrita no CNPJ: 02.118.203/0007-06 para a cidade de Rio Branco, estado do Acre, BR 364, 7297, Galpão, Bairro Belo Jardim I, CEP 69.907-868.

Cláusula 2ª: - As demais Cláusulas permanecem inalteradas, e por estarem em perfeito acordo em todo quanto neste instrumento particular foi lavrado. Obrigam-se a cumprir o presente contrato e alterações contratuais, assinando-o na presença de duas testemunhas abaixo em três vias, de igual teor e forma.

Porto Velho, 10 de Dezembro de 2017.



ADÉLIO BAROFALDI
Sócio

CENTRAL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADÉLIO BAROFALDI
Administrador Não-Sócio

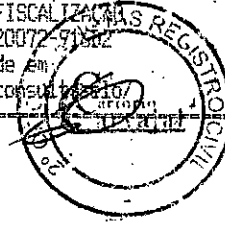


CARTÓRIO CARVAJAL - 2o. OFÍCIO DE NOTAS
 Rua Dom Pedro II, 637, Loja A - Caiari
 (49) 3211-4002/3224-3353-PORTO VELHO-RO

Reconheço e dou fe, por SEMELHANÇA,
 a(s) firma(s) de:
 [2JBhuZqi]-ADELIO BAROFALDI.....
 Em testemunho da verdade.
 PORTO VELHO, 31 de Janeiro de 2018.

014-DEUZA DO NASCIMENTO ALMEIDA
 ESCRIVENTE AUTORIZADA

V.Unit: Empl. R\$ 2,53 - Selo R\$1,04
 FUJU R\$0,01 - FUNDEF R\$0,19 - FUNDIMPER
 R\$0,19 - FUNDIPGE R\$0,19 - TOTAL: R\$4,65.
 SELLO DIGITAL DE FISCALIZACAO
 A1A1U20071 a A0U20072-91002
 Confira a validade em:
www.tjro.jus.br/consultas/registro/

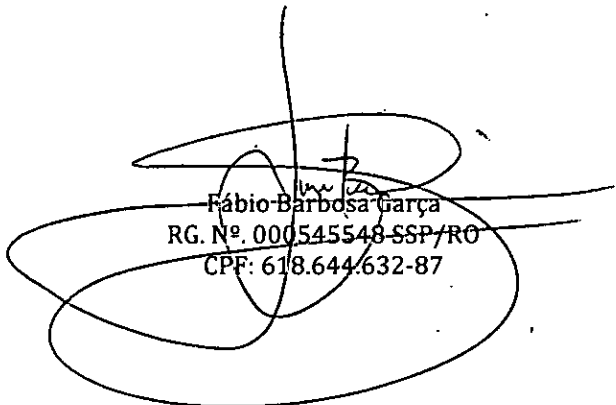


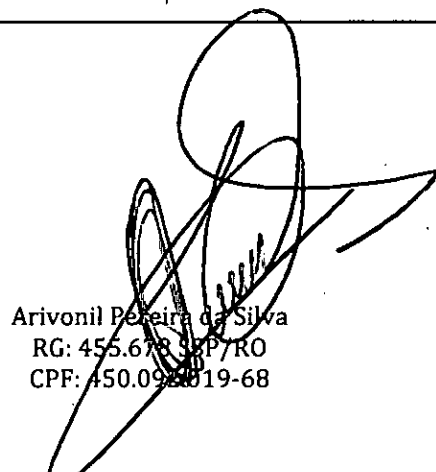
CERTIFICO O REGISTRO EM 06/02/2018 18:45 SOB Nº 20180029380.
 PROTOCOLO: 180029380 DE 06/02/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11800425710. NIRE: 11200311793.
 ROVEMA VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA



Roger Francis Cardoso Ribeiro
 SECRETÁRIO-GERAL
 PORTO VELHO, 06/02/2018
www.empresafacil.ro.gov.br

TESTEMUNHAS:


Fábio Barbosa Garça
RG. Nº. 000545548-SSP/RO
CPF: 618.644.632-87


Arivonil Pereira da Silva
RG: 455.678-SSP/RO
CPF: 450.098819-68

PROCURAÇÃO

Instrumento particular de procuração, passado pela outorgante abaixo, em favor dos outorgados nomeados, para que a utilizem em todo território nacional, onde, com ela, apresentarem-se:

OUTORGANTE: ROVEMA VEÍCULOS E MAQUINAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.118.203/0003-74, localizada na AV TRANSCOTINENTAL Nº 3685 CEP 76.913-899 JARDIM SÃO CRISTOVÃO JI-PARANÁ- RO, neste ato representado pelo sócio Sr. **GILVAN GUIDIN** residente e domiciliado nesta Capital.

FRANCISCO ENILDO ALVES, brasileiro, casado, Supervisor de Departamento, inscrito na CPF: sob o nº 203.186.772-53 e RG: sob o nº 234.809SSP/RO, residente e domiciliado nesta Capital.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de PROCURAÇÃO o OUTORGADO acima qualificado com a finalidade específica de participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 279/2019/SUPEL/RO SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL-RO**, podendo para tanto, assinar declarações, propostas comerciais, cotações de preço, entregar e retirar editais, promover cadastros e participar de reuniões para entrega de envelopes de documentos e preços, bem como para promover recursos e impugnações, inclusive para recebimento de intimações e notificações, bem como desistência e recursos, conferindo amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços e demais atos pertinentes ao certame. Não podendo substabelecer. Esta procuração tem validade até 31 de DEZEMBRO de 2019.

Porto Velho/RO, 21 de Agosto de 2019

ROVEMA VEÍCULOS E MAQUINAS

CNPJ nº 02.118.203/0003-74

GILVAN GUIDIN

RG 595132 - SSP/MT

CPF N° 411.783.861-04

2º Ofício de Notas
Carvalho Reg. Cim.

CARVALHO - 2o OFICIO DE NOTAS

Pedro II, 637, Loja A - Caiari
11-4002/3224-3353-PORTO VELHO-RO

conheço e dou fe, por SEMELHANÇA,

a(s) firma(s) de:
[EUYIY8Q4]-GILVAN GUIDIN.....

Em testemunho da verdade.
LTDA, 23 de Agosto de 2019.

014-DEUZA DO NASCIMENTO ALMEIDA
ESCREVENTE AUTORIZADA

V.Unit: Empl. R\$ 2,62 - Selo R\$1,08
FUJU R\$0,32 - FUNDEF R\$0,20 - FUNDIMPER
R\$0,20 - FUMORPGE R\$0,20 - TOTAL: R\$4,82.
SELO DIGITAL DE FISCALIZAÇÃO
A1AE024829-EDCOO-EDCOO

Confira a validade em
www.tjro.jus.br/consultaselo

NOTAS E REGISTROS



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
FRANCISCO ENILDO ALVES

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
234809 SSP RO

CPF
203.186.772-53

DATA NASCIMENTO
31/05/1964

FILIAÇÃO
FRANCISCO ALVES IRMAO
MARIA ALEXANDRE ALVES

PERMISSÃO
ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
02378242113

VALIDADE
30/11/2022

1ª HABILITAÇÃO
19/06/1996

VALIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1486593442



PROIBIDO PLASTIFICAR
1486593442

OBSERVAÇÕES
CÓPIA COLORIDA

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
PORTO VELHO, RO

DATA EMISSÃO
01/12/2017

José de Albuquerque Cavalcante
Diretor Geral do DETRAN/RO
ASSINATURA DO EMISSOR

05823264127
RO705862321

RONDÔNIA



2º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
Helena Soares Oliveira Carvajal - Tabeliã e Oficiala

AUTENTICAÇÃO - Autentico, por ser fotocópia fiel do original, a verdade.
apresentado. Em test.
PORTO VELHO, 06 de Dezembro de 2017.

DEUZA DO NASCIMENTO ALMEIDA - ESCRIVENTE AUTORIZADA
Vir. Unit (R\$) Emol (2,40)-FUJU(0,60)-FUNDEJO 19)-FUNDIMPER(0,19)
FUMORPGE(0,19)-Selo(1,02)-Total 4,68

Selo Digital de Fiscalização A1A0R29165-ED2FC.
Confira a validade em www.tjro.jus.br/consultaselo/

Rua D, Pedro II, 637, loja A - CENTRO EMPRESARIAL PORTO VELHO - 76801-151 - (69) 3211-4000/3224-3353 - carvajal@brturbo.com.br

EM BRANCO